

## **Vazios institucionais e o protagonismo de movimentos da sociedade civil no combate aos efeitos da Covid-19**

**ANA CLARA APARECIDA ALVES DE SOUZA**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)

**FERNANDA LUTZ**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)

**MAIRA PETRINI**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Vazios institucionais e o protagonismo de movimentos da sociedade civil no combate aos efeitos da Covid-19

### INTRODUÇÃO

O ano de 2020 será reconhecido como um marco histórico no que diz respeito às mais diversas mudanças ocorridas na vida social. O contexto da pandemia de Covid-19 evidenciou a necessidade de repensar e reconsiderar diversas práticas adotadas tanto no âmbito individual quanto no âmbito coletivo de todas as sociedades afetadas, independentemente do contexto local. Setores governamentais, setores empresariais e movimentos atuantes na sociedade civil viram-se diante da potencialização de muitos desafios e problemáticas. Algumas destas já estabelecidas em tempos anteriores, tais como as deficiências de planejamento e investimento nos sistemas de saúde, a necessidade de proteção aos trabalhadores de amplos setores e a assistência social a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Considerando esses desafios, resgata-se que no ano de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) ampliou para 17 o número de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que devem ser perseguidos pelas nações até 2030, com vistas ao desenvolvimento sustentável. Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tem-se o ODS 11 que considera “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2020). Mais especificamente um de seus desdobramentos – o tópico 5, estabelece, até o ano de 2030, a redução do número de pessoas mortas ou afetadas por catástrofes, diminuindo também as perdas econômicas, com foco na proteção de pobres e pessoas em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, do ponto de vista dos efeitos à saúde humana e à economia em uma perspectiva global, o contexto da pandemia de coronavírus exacerba os desafios postos no ODS 11 e mobiliza um grande conjunto de atores em resposta a tais desafios.

A presente pesquisa foca seu olhar para o grande volume de iniciativas da sociedade civil que foram mobilizadas como respostas às demandas de pessoas residentes em comunidades carentes ou que estão em algum grau de vulnerabilidade no momento pandêmico. Adotando uma abordagem indutiva usando *Grounded Theory* (GT) como inspiração na condução metodológica, analisamos 107 iniciativas e recortamos o foco da pesquisa para 20 empreendimentos da periferia de São Paulo. O termo periferia refere-se, aqui, à noção de periferias sociais, nas quais são identificadas diversas vulnerabilidades. Observamos que o empreendedorismo da periferia é, muitas vezes, desarticulado em sua busca de preencher vazios institucionais, sem a definição de mecanismos essenciais que permitam um maior fortalecimento e resistência em momentos críticos como o vivenciado devido à Covid-19. Adotam uma autonomia para sobrevivência imediata. Entretanto, compreendemos que tal autonomia tem um caráter compulsório, dada a ausência de metodologias e redes mais consolidadas que possam conectar ações semelhantes. Dessa forma, relacionando as particularidades do ODS 11 às iniciativas identificadas em comunidades brasileiras como respostas a vazios institucionais, chegamos à seguinte questão de pesquisa: *Como iniciativas de movimentos da sociedade civil com foco em empreendedorismo da periferia têm respondido a vazios institucionais no contexto pandêmico?*

A partir desta introdução, o artigo apresenta uma seção na qual os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são contextualizados, assim como a noção de Vazios Institucionais e Empreendedorismo da periferia. A seção seguinte destaca métodos e procedimentos metodológicos da pesquisa, apresentando as iniciativas analisadas. As seções seguintes apresentam os resultados, a discussão desta pesquisa, que oferece um

*framework* para a conexão de mecanismos essenciais ao empreendedorismo da periferia, baseado nas iniciativas analisadas e, por fim, são destacadas as considerações finais.

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Desafios cada vez mais complexos têm se apresentado às nações desde a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum (BRUNDTLAND *et al.*, 1987), no qual se discorreu, pela primeira vez, sobre a noção de Desenvolvimento Sustentável. Tais complexidades têm levado à necessidade de acordos globais que buscam maior consonância rumo ao atendimento de demandas que se relacionam aos aspectos da sustentabilidade. Considerando essa necessidade, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 2015, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte integrante da Agenda 2030, um plano de ação para construir um mundo melhor para as pessoas e o planeta. Essa agenda global é um apelo para a ação de todos os países, pobres e ricos, desenvolvidos e em desenvolvimento, em uma parceria global para advogar por prosperidade e sustentabilidade. As metas estão organizadas em 169 objetivos para os próximos 15 anos, incentivando estratégias para o crescimento econômico e atender às necessidades sociais por ações compartilhadas com ampla participação e cooperação de várias partes interessadas. Desde então, a ONU está comprometida em trabalhar com autoridades e comunidades locais para renovar cidades e assentamentos humanos, facilitando a coesão, segurança, inovação e emprego.

Dentre os 17 objetivos estabelecidos, para fins desta pesquisa, destaca-se o número 11, que se concentra na diminuição dos impactos negativos das cidades e atividades urbanas para tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (ONU, 2015), conforme Quadro 1. Embora a definição dos ODS tenha partido de uma iniciativa global, sua implementação ocorre em ações locais, de acordo com as prioridades, interesses e compromissos de cada país, competindo com suas próprias tensões e graus de envolvimento com a causa sustentável.

Quadro 1: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11

<b>11.1</b>	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
<b>11.2</b>	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
<b>11.3</b>	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.
<b>11.4</b>	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
<b>11.5</b>	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
<b>11.6</b>	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
<b>11.7</b>	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência: <b>11.a</b> Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento. <b>11.b</b> Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

<b>11.c</b> Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.
---

Fonte: ONU (2015)

Salvia *et al.* (2019) investigaram as metas dos ODS em países distintos e identificaram que a meta 11 é uma das primeiras preocupações de especialistas na América do Norte, América Latina / Caribe e Europa. O crescimento da população urbana exige inovação e desenvolvimento sustentável para oferecer melhores condições de moradia, transporte, qualidade do ar, áreas públicas e verdes. Tanto em regiões desenvolvidas quanto em desenvolvimento, as cidades desempenham um papel fundamental para alcançar as metas de sustentabilidade nas escalas local, regional e global, mas também para garantir o bem-estar humano. O desenvolvimento de cidades sustentáveis e resilientes é de extrema importância para orientar os tomadores de decisão na esfera pública. Entretanto, não se deve esperar que o poder público aja sozinho para alcançar uma mudança urbana global, dessa forma, vários atores devem ser envolvidos com responsabilidades, capacidades e prioridades, aprendendo com outras jurisdições e envolvendo diferentes partes interessadas através de suas fronteiras para resolver problemas locais (BAI, et al., 2016). Além da melhoria ambiental, as cidades têm uma centralidade na redução de custos ambientais para outras pessoas, ecossistemas e o futuro. O desenvolvimento sustentável refere-se não apenas às cidades ou à urbanização, mas em atender a um desenvolvimento global e às necessidades humanas em todos os assentamentos, integrando decisões locais às responsabilidades globais em um esforço contínuo para abordar problemas globais dentro de seus limites (SATTERTHWAITE, 1997). Bibri e Krogstie (2017) revisaram o conceito de cidades sustentáveis inteligentes como resultado da conscientização da sustentabilidade, crescimento urbano e avanço tecnológico. Um desenvolvimento urbano sustentável proporciona ambientes habitáveis e saudáveis, entregando qualidade de vida e mitigando impactos ambientais. Nesse sentido, cidades sustentáveis são ambientes projetados para aumentar a proteção ambiental e a equidade social, por meio de estratégias sustentáveis que construam ambientes, infraestruturas e ecossistemas que otimizam continuamente seus ganhos de eficiência. As intervenções do ODS 11 implicam melhorias nos sistemas urbanos relacionados a recursos, energia renovável, necessidades de transporte, consumo, poluição, desperdício zero, segurança, justiça social e contribuem para a habitabilidade e comunidades sustentáveis

As cidades degradadas não devem ser vistas como catástrofes como de costume, de acordo com o pensamento de Certeau (1998). Essa denominação deve ser questionada e não tomada como fato, de modo que seja possível questionar essa condição e refletir a respeito das possibilidades e enfretamento. O pensamento datado de 1998 não poderia ser mais atual, dado que os efeitos da pandemia levariam todas as cidades, em maior ou menor intensidade, a serem vistas como catástrofes. Alguns autores já identificaram o poder das comunidades para desenvolver seus ambientes locais. Hertel, Bacq e Belz (2019) estudaram o papel dos membros de uma comunidade para gerar prosperidade econômica, social e ecológica, apoiando o ODS 11. Comunidades locais podem se tornar agentes de mudança, mas há uma preocupação em relação as dificuldades de aplicar metas padronizadas para medir a complexidade do desenvolvimento urbano, com seus diversos atores, entre eles estados, autoridades locais, setor privado, organizações não-governamentais e cidadãos (SIMON *et al.*, 2016). Stevance (2015) explica que, particularmente no ODS 11, as metas e indicadores urbanos estão conectados a todas as dimensões do desenvolvimento social, econômico e ambiental. As cidades podem exigir uma abordagem inclusiva, mas também criar tensões para dar poder às áreas subnacionais, envolvendo uma variedade de setores e atores para planejar e implementar

as metas desse Objetivo. Na enorme diversidade de cidades ao redor do mundo, apenas um número limitado tem condições de fazer os relatórios, monitoramento e avaliações de progresso. Cada cidade tem suas próprias demandas, complexidades, atividades, consumo, resíduos e pegadas. Os autores reconhecem que o ODS aumentou o diálogo sobre cidades, planejamento, políticas urbanas e o futuro da humanidade, e cada local deve trabalhar em caminhos apropriados para os seus contextos.

No contexto da pandemia de coronavírus de 2020, analisamos o ODS 11, tendo sido motivadas, especificamente, pelas particularidades trazidas no tópico 5, que trata da necessidade de redução significativa do número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes, bem como da diminuição substancial de perdas econômicas diretas decorrentes delas, com o foco em proteger pessoas pobres e em situação de vulnerabilidade (ONU, 2015). Considerando as dificuldades da articulação de respostas apresentadas pelo poder público brasileiro no combate à pandemia e aos seus efeitos, muitos movimentos da sociedade civil têm se mobilizado com vistas a preencher as urgências oriundas de vazios institucionais, frente ao ineditismo e complexidade da situação enfrentada.

### **VAZIOS INSTITUCIONAIS**

O termo vazio institucional é utilizado para descrever situações em que há ausência ou ineficiência de instituições no cumprimento dos seus papéis no mercado, gerando desigualdades sociais (MAIR; MAIR, 2009). Os vazios se manifestam de diferentes formas e, geralmente, são preenchidos por governos ou grupos empresariais, mas movimentos da sociedade civil organizada podem também protagonizar esse papel. A deficiência nas instituições em responder a situações críticas, como uma pandemia, podem levar às populações a terem que buscar formas organizativas para respostas urgentes e, nesse processo, também descobrirem forças locais com potencial de desenvolvimento mais articulado para situações futuras.

Países em desenvolvimento enfrentam mais instabilidades e riscos do que países desenvolvidos, com instituições intermediárias e de apoio. Em ambientes de transição, regulações e instituições podem ser falhas e não garantem o funcionamento dos mercados, abrindo espaço para que os vazios sejam ocupados por instituições informais, específicas de cada economia em seus contextos sociais. Essa dinâmica resulta em falta de estabilidade e afeta a confiança e o relacionamento entre empreendedores e as instituições (PUFFER; McCARTHY; BOISOT, 2010). Nestes casos, conexões entre empresas ajudam a preencher os vazios e a lidar com as deficiências do mercado, aproveitando as oportunidades, reduzindo custos e gerando acesso a recursos e compromissos de longo prazo em estruturas unificadas (KHANNA; PALEPU, 2000). Como empresas, pode-se pensar também no protagonismo do empreendedorismo nas comunidades em vulnerabilidade, que em um cenário pandêmico podem ser mobilizadas como espaços de apoio e articulação para atendimento às demandas locais.

Os vazios também ocorrer em situações de pluralidade institucional, derivando de demandas, normas e estruturas conflitantes nas esferas política, comunitária e religiosa local. De acordo com Mair, Martí e Ventresca (2012) os vazios institucionais geram exclusão de mercados. Em tais casos, a construção de novos mercados inclusivos pode ocorrer de duas formas: com a redefinição da arquitetura do mercado ou através da legitimação de novos atores, destacando a dinâmica local e suas instituições. Apesar dos arranjos institucionais serem potencialmente duráveis, eles são contestáveis e vulneráveis às mudanças. Assim, a identificação de vazios institucionais pode auxiliar a detectar problemas e condições para desenvolver iniciativas inclusivas de mercado. Entretanto, para além dessas iniciativas de mercado considera-se, adicionalmente, a relevância que

movimentos da sociedade civil têm nas articulações realizadas para preencher vazios institucionais, especialmente no que diz respeito às exclusões estruturais que muitas comunidades em vulnerabilidade têm de responder.

Dessa forma, compreende-se que tanto coletivos populares quanto empreendimentos locais em comunidades pobres também têm potencial de responder a vazios institucionais, não isentando-se nesse debate a necessidade de responsabilização do poder público quanto ao atendimento das demandas fundamentais de toda a população, independentemente da classe social a que pertence. Conforme Maricato (2009), propostas neoliberais tendem a se aproveitar do discurso sobre os males da fragmentação do Estado, entretanto, embora essa fragmentação seja reconhecida, deve-se considerar o duplo movimento que cria prejuízos à construção democrática de planos de ação e acompanhamento urbano.

### **EMPREENDEDORISMO DA PERIFERIA**

Os empreendedores locais que atuam em regiões periféricas de baixa renda são, muitas vezes, chamados de a “elite dos pobres”, ao representarem a ascensão social dentro de suas comunidades (ROCHA; SILVA, 2008). Ao analisar as diferentes formas de empreendedorismo de base comunitária, como uma nova forma de difusão do capitalismo nas periferias, De Tommasi e Velazco (2013) apresentam a mudança da percepção de modelo de inclusão social, antigamente focada no trabalhador assalariado, para o empreendedor.

A favela também não é mais só vista como ponto do tráfico e violência, mas também de solidariedade, riqueza cultural, artística e criativa da população local. Ainda assim, o empreendedorismo que surge nessas regiões, geralmente, ocorre em decorrência do desemprego, da falta de escolaridade e de capital próprio (DA SILVA, 2015). Melo Neto e Froes (2002) explicam que, ao desenvolver novos empreendimentos em comunidades locais, são também gerados inúmeros benefícios para seus membros, tais como:

- a) Difusão dos recursos disponíveis;
- b) Maior consciência da comunidade para o seu próprio desenvolvimento;
- c) Mudança de valores;
- d) Participação em ações empreendedoras;
- e) Sentimentos de conexão;
- f) Estímulo de novas ideias;
- g) Inclusão social;
- h) Melhora da qualidade de vida.

O empreendedorismo da periferia traz uma nova ótica para empresas que atuam na base da pirâmide, ao resolverem as necessidades e demandas desassistidas de suas comunidades, ao invés de buscar oportunidades de mercado. Entre as regiões periféricas e os bairros nobres existem abismos sociais, desde a qualidade de vida, estruturas de moradias, vestimentas e alimentação, até costumes, culturas e oportunidades. O empreendedorismo nas comunidades é, muitas vezes, a única alternativa para sobreviver à pobreza, vulnerabilidade e desemprego. Seu potencial de gerar mudanças profundas, porém em menor escala, nem sempre é compreendido por investidores e organizações intermediárias (BARKI; PANSARELLA, 2018).

Conforme Barki e Pansarella (2018), o empreendedor da periferia é um agente de mudanças com poder de impacto, que traz pertencimento, inclusão, dignidade e senso de identidade em diferentes âmbitos da vida econômica, social e cultural em sua

comunidade. Um estudo sobre Empreendedorismo da Periferia de São Paulo (2019), baseado em 61 empreendedores e promovido pelo Quintessa, Empreende Aí, Adesampa e Pipe.Social, identificou que a grande maioria dos negócios tem menos de dois anos de existência e 39% são compostos apenas por uma pessoa. O perfil sociodemográfico do empreendedor de periferia, mulheres negras, se difere da média dos empreendedores que dirigem negócios de impacto no Brasil, são eles homens, brancos e escolarizados. Em relação aos ODS, o estudo mostra que empreendimentos periféricos têm 56% de impacto sobre “trabalho decente e crescimento econômico”, entretanto, 49% destes estão no “vale da morte”, ou seja, não atingiram um ponto de equilíbrio e não conseguem cobrir seus custos e despesas. Por não ter faturamento expressivo (44% não possui faturamento registrado), contam com a doação como principal forma de captação de recursos (Referência). Essas identificações permitem uma maior compreensão da realidade do empreendedorismo realizado nas periferias e indicam a necessidade de adaptação contextual no desenvolvimento de suporte a essas iniciativas.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Com vistas a investigar como iniciativas de movimentos sociais da sociedade civil têm respondido a vazios institucionais no contexto brasileiro da Covid-19, foi realizada uma pesquisa qualitativa e exploratória, com uma abordagem indutiva, dada a natureza emergente do fenômeno investigado. A abordagem indutiva é o resultado de observações sobre um determinado fato – nesta pesquisa, as iniciativas de movimentos da sociedade civil em resposta ao contexto pandêmico, e a partir dele, a busca de compreensão sobre um fenômeno. Sendo, nesta pesquisa, o fenômeno representado por como estas iniciativas servem de mecanismos para o preenchimento de vazios institucionais. A partir disso, adotamos os princípios da *Grounded Theory* (GT) como inspiração na condução metodológica da pesquisa.

GT é um método indutivo que fornece diretrizes sistemáticas para reunir, sintetizar, analisar e conceituar dados qualitativos para fins de construção da teoria (GLASER; STRAUSS, 1967; CHARMAZ, 2001). Por ser um método que permite ao pesquisador gerar sistematicamente uma teoria substantiva fundamentada em dados e por não termos nesta pesquisa a intenção de propor teoria, adotaremos técnicas de análise de dados inspirados na GT, mas não podemos considerar sua adoção como o método.

Na GT, a análise de dados tem um processo bem definido que começa com descrição básica e passa para a ordenação conceitual e depois para a teorização (PATTON, 2002). A análise dos dados é realizada através de um conjunto elaborado de codificação, que consiste no “processo analítico fundamental usado pelo pesquisador” (STRAUSS; CORBIN, 1990, p. 12), e não uma simples parte da análise de dados. Nesse sentido, em função da robustez dos procedimentos de codificação visando suportar a teoria fundamentada em dados, o método adotado nesta pesquisa basear-se-á nas técnicas de análise de dados da GT com o objetivo atribuir o rigor necessário a uma abordagem indutiva.

### **Coleta e Análise de Dados**

A coleta de dados se deu a partir de pesquisa documental, com uso de dados secundários. Considerando o ODS 11, foram selecionadas iniciativas identificadas na plataforma de *crowdfunding* Benfeitoria que dialogassem com aspectos relacionados aos tópicos desse Objetivo, conforme apresentado no Quadro 1. Optamos por focar no estado de São Paulo, onde os números de contaminações pelo Covid-19 são os maiores no Brasil. Consideramos também o seu volume populacional, conforme o último censo é de

45.919.049 milhões de pessoas (IBGE, 2019), e a grande desigualdade social presente no centro da capital e nas periferias. O critério de escolha desta plataforma de financiamento deu-se ao fato de possuir um espaço destinado a iniciativas voltadas para o enfrentamento dos efeitos do Coronavírus. A dinâmica de *crowdfunding* da plataforma consultada conta com um fundo colaborativo que adiciona R\$ 2,00, a cada R\$ 1,00 doado às iniciativas, até que o valor de R\$ 30 mil seja alcançado. Dessa forma, possibilita um maior alcance das metas estabelecidas por cada projeto. Inicialmente, foram selecionadas as 107 iniciativas do Estado de São Paulo presentes na plataforma Benfeitoria, uma plataforma online de crowdfunding (modelo de mobilização para arrecadação coletiva de fundos) que lançou um espaço denominado “*Matchfunding* Enfrente”, dedicado a arrecadações de financiamento para iniciativas de enfrentamento dos efeitos decorrentes do contexto pandêmico. Entre os tipos e focos das 107 iniciativas tem-se: comitês, fundos, redes, quilombos e associações para distribuição de cestas básicas e vales financeiros; atenção à higiene; saúde; acesso à alimentação orgânica; mulheres; empreendedorismo; reciclagem; comunicação; educação e cultura.

A análise de dados pauta-se por uma descrição conceitual das relações entre categorias e conceitos, sendo o processo de codificação dividido em três fases: aberta, axial e seletivo (STRAUSS; CORBIN, 1990). A codificação aberta é definida como o “processo analítico através do qual os conceitos são identificados e suas propriedades e dimensões são descobertas nos dados” (STRAUSS; CORBIN, 1990, p.101). Nesta fase, o objetivo é identificar e rotular características (propriedades) semelhantes entre os elementos que surgem na coleta de dados e que constituirão os códigos (PETRINI; POZZEBON, 2009). A análise, linha por linha, levou aos códigos. O Quadro 2 ilustra essa etapa apresentando alguns códigos identificados a partir de uma iniciativa. Aos códigos foram acrescentados os memorandos sobre os conceitos e ideias teóricas que emergiram durante o curso da análise e que levaram à próxima etapa.

Quadro 2: Codificação aberta das iniciativas

<p>INICIATIVA:  Projeto Protagonizai  “Fortaleça a rede de 10 microempreendedores em crescimento na periferia Oeste de São Paulo com risco de falência”.</p>	
Empreendedorismo da periferia	“Moramos nos mesmos bairros onde trabalhamos”.
Foco de atuação	“Operamos em diferentes segmentos, colaborando entre nós: serviços de beleza, marcenaria, assistência técnica, panificação, confeitaria, artigos infantis, presentes, produtos farmacêuticos e cosméticos.”
Grupo afetado	“Por isso, apoiar estes empreendimentos significa valorizar o comércio de periferia e impactar positivamente nas precárias condições de vida de uma rede ampla de pessoas ligadas, direta ou indiretamente, ao negócio”.
Vulnerabilidades	“Em um momento como este, no qual as pessoas precisam ficar em casa, muitos perderam o trabalho, a renda familiar reduziu-se drasticamente, não tem acesso a atendimento médico adequado e, portanto, a ansiedade pela situação aumenta, as dificuldades se acirram”.
Temporalidade da iniciativa	“Somos microempreendedores acompanhados pela Associação Aventura de Construir, que desde 2011 atua em prol do desenvolvimento territorial inclusivo”.

Fonte: Benfeitoria: <https://benfeitoria.com/protagonizai>

A codificação axial é a segunda fase e tem por objetivo, de acordo com Strauss e Corbin (1990, p.97), rearranjar os dados codificados de novas maneiras “fazendo conexões entre uma categoria e suas subcategorias”. Os códigos são arranjados e agrupados em categorias conceituais que representam aspectos do fenômeno. Strauss e Corbin (1990) apresentam três aspectos do fenômeno: (1) as condições ou contexto em que o fenômeno ocorre; (2) as ações ou interações das pessoas em resposta ao que está acontecendo nas situações; e (3) as consequências ou resultados da ação tomada ou da inação. Nesta etapa, duas categorias conceituais emergiram dos dados (1) fator motivador da iniciativa (se já existia ou surgiu com a pandemia) (2) origem da mobilização, que refere-se ao grupo que protagoniza a ação, se pertencente a própria comunidade ou fora dela, (3) grau de estruturação das vulnerabilidades que a iniciativa endereça, se estruturais ou decorrentes do episódio pandêmico. Evidenciou-se que algumas dessas urgências já existiam anteriormente à pandemia por conta das desigualdades estruturais, mas foram potencializadas pelo contexto. Esta última categoria remeteu-nos a teoria dos vazios institucionais, levando-nos de volta a literatura. Um dos princípios da GT é entender a literatura como mais uma fonte de coleta de dados (PETRINI; POZZEBON, 2009).

O próximo passo, a Codificação Seletiva, integra os dados, valida os relacionamentos e refina conceitos emergentes, analisando o fenômeno central entre os tópicos. A codificação seletiva, é o “processo de ralar e refinar a teoria” (Strauss e Corbin, 1990, p. 143). Para realizar esta tarefa final, o analista seleciona uma categoria principal e relaciona todas as outras categorias ao núcleo. O objetivo desta etapa é a verificação, refinamento e priorização das categorias, em busca de uma maior abstração que leve a apresentação de categorias e teorias centrais emergentes dos dados. Nesta etapa, a partir da narrativa proposta por Strauss e Corbin (1990): (a) condições levam ao (b) fenômeno, que surge num (c) contexto que leva às (d) ações e depois às (e) consequências, chegamos a nossa proposição teórica: a pandemia leva à movimentação de diferentes atores que vivem diretamente ou indiretamente o contexto de desigualdade social. Esse contexto em condições pandêmicas, potencializa os vazios institucionais, provocando ações, representadas pelos diferentes movimentos da sociedade civil que emergiram em resposta imediata ou já existiam antes e se mobilizaram pela pandemia. Entre estes que já existiam, destacamos os empreendedores da periferia, que têm suas origens nos grupos em vulnerabilidade. Compreendemos que existe um potencial para reforçar esse empreendedorismo em resposta aos vazios institucionais existentes. Ressalta-se que o atendimento a esses vazios não, necessariamente, ocorre com a implementação de um negócio localizado em regiões socialmente periféricas, mas que atenda a uma demanda de pessoas dessas comunidades, como no caso da oferta de empregos. Dessa forma, um negócio pode estar localizado em uma área central da cidade, mas ter sido concebido por um empreendedor da periferia e empregar outros também oriundos desses territórios.

Na GT, a coleta e a análise de dados ocorrem simultaneamente, não sendo etapas sequenciais como nas estratégias de pesquisa mais tradicionais. Desta forma, durante toda a coleta, a codificação e a análise de dados, o pesquisador escreve notas (*memos*) como um registro formal das ideias e insights sobre códigos e seus relacionamentos à medida que surgem.

Em cada etapa, os dados são analisados e codificados à luz dos construtos existentes, visando enriquecê-los ou formar novos. Esse procedimento é denominado comparação constante. À medida que os códigos e as categorias emergem dos dados, o pesquisador adiciona mais informações à sua amostra para fortalecer a teoria (PETRINI; POZZEBON, 2009). Dessa forma, seguindo os critérios e etapas descritas em relação à GT, foi realizada a análise das iniciativas selecionadas para esta pesquisa, das 107 iniciais, focamos em vinte empreendimentos periféricos atingidos pela pandemia.

## RESULTADOS

As 107 iniciativas, inicialmente elencadas, mostraram que a mobilização das comunidades analisadas estava centrada em duas categorias principais: as mobilizações para respostas urgentes e imediatas, como distribuição de cestas básicas e kits de higiene, e aquelas que já existiam anteriormente e que foram afetadas pela pandemia, como os empreendimentos periféricos, estes, definidos como foco desta pesquisa por dialogarem mais diretamente com a discussão sobre os vazios institucionais.

A distribuição de cestas básicas com itens alimentares, água e kits de higiene é uma das ações mais vistas na atuação dos coletivos populares. Além da distribuição de cestas básicas, essas ações distribuem também recursos em dinheiro para que as famílias possam aplicar em suas comunidades, comprando aquilo que se apresenta mais urgente em cada momento. Destaca-se que nem todas as iniciativas têm no seu fundamento o objetivo de doação de cestas básicas. Algumas são atuantes no campo comunicacional, educacional ou cultural, mas tiveram que reformular as suas ações e viram nessa atuação o sentido para seguir mantendo as suas ações ativas no contexto pandêmico.

A ampliação dessas distribuições pode dar-se também pela atuação de iniciativas classificadas enquanto comitês, fundos, redes, quilombos. O mapeamento das famílias beneficiadas conta com o apoio de coletivos já atuantes nas comunidades e lideranças comunitárias. A opção por distribuir dinheiro em vez de cestas básicas, por algumas das iniciativas, se justifica pela necessidade de fazer os recursos financeiros circularem por meio do consumo nas comunidades, movimentando a economia local. Além disso, a ajuda financeira permite que as pessoas circulem dentro de seus territórios, evitando maior exposição ao vírus. As iniciativas com foco na assistência a mulheres, em geral, focam em chefes de família e únicas responsáveis pelo sustento e criação dos filhos.

Dessa forma, vê-se os tópicos do ODS 11 contemplados nas iniciativas selecionadas, bem como a transversalidade das demandas sociais que perpassam cada uma delas, denotando o caráter complexo das necessidades atendidas e a ausência de suporte do poder público de modo consistente para questões fundamentais à sobrevivência, como renda, alimentação e condições de higiene. Entre os tópicos do ODS 11 (ONU, 2015), destaca-se a necessidade de reduzir, significativamente, o número de mortes e de pessoas afetadas por catástrofes e assim, reduzir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global. Ressalta-se, ainda, o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, as iniciativas selecionadas e identificadas como empreendedorismo da periferia atuam nas comunidades vulneráveis de São Paulo com vistas a preencher lacunas deixadas por vazios institucionais nessas localidades. Os vinte empreendimentos analisados são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Iniciativas de empreendedorismo da periferia em SP

<b>EMPREENDEDORISMO DA PERIFERIA</b>	<b>FOCO DE ATUAÇÃO</b>
Fundo Periferia Empreendedora	Microcrédito emergencial e formação empreendedora.
Apoie o Grajaú	Rede de fomento à economia periférica.
10 mil máscaras da solidariedade	Geração de renda para costureiras.
Guerreiras que dão voz e máscaras	Produção de máscaras por empreendedoras de salões de beleza.
Ajude o Coletivo Mulheres Kinah	Afroempreendedorismo: moda, arte, decoração, contação de história e oficinas.
Boutique de Krioula	Marca de moda afro.

Afrobuffet Kitanda das Minas	Empreendimento voltado à inclusão de mulheres negras e imigrantes africanas no segmento de alimentação, hospitalidade, cultura e lazer.
ProtagonizAí	Microempreendedores acompanhados pela Associação Aventura de Construir, que desde 2011 atua em prol do desenvolvimento territorial inclusivo.
Comida que Cura - Atrium Restaurante;	Restaurante que conta com colaboradoras negras e moradas da periferia.
Comunicação para empreendedores	Agência de comunicação popular e formação empreendedora
Comunicação digital para favelas	Agência de comunicação e capacitação para empreendedores da periferia
Apoie um empreendedor	Afrobusiness - rede de empreendedores protagonizada por negros
2PCom – EducaOnline	Escola de comunicação dos empreendedores da quebrada.
Preta Brasileira	Salão de Beleza - empoderamento estético da mulher negra e afrodescendente.
Apoie a Afra Design	Empreendimento do mercado de moda e papelaria com a proposta de diversidade étnica.
Free Soul Food	Empresa de alimentação saudável e inclusiva, contrata mulheres negras e/ou imigrantes.
Ajude a empresa familiar Candaces	Marca de roupas e acessórios, composta por mãe e filhas.
Costureiras do Lapenna	Coletivo de mulheres costureiras.
Recircular – Recifavela	Cooperativa de reciclagem que atua com pessoas vulneráveis, sendo homens, mulheres, refugiados, LGBT, entre outros, moradores de favelas e albergues.
Finanças para todxs	Empresa que atua com finanças para afroempreendedores do Brasil.

Fonte: Plataforma Benfeitoria

No que diz respeito ao empreendedorismo desenvolvido na periferia, essas ações de suporte visam manter os empreendimentos ao longo da pandemia e garantir um suporte mínimo aos funcionários que neles atuam. Muitos desses empreendimentos destacam a necessidade do suporte às populações negras e vulneráveis, o trabalho empreendedor das mulheres negras, imigrantes e pessoas LGBTQIA+ nesses espaços. Dessa forma, as iniciativas buscam promover capacitação e dar suporte a esses trabalhadores enquanto a pandemia os impossibilita de realizar suas atividades. Costureiras que trabalhavam em coletivos também tiveram as suas dinâmicas alteradas e dependem de ajudas das iniciativas para seguirem com suas atividades até que seja possível retomar o trabalho conjunto. Junto a esse grupo, pessoas que atuam na reciclagem de resíduos também tiveram suas atividades paralisadas e muitos trabalhadores têm sentido os efeitos sobre o atendimento de necessidades básicas como alimentação, higiene e medicamentos. As informações sobre a resistência do coronavírus em superfícies deixam esses trabalhadores mais em alerta sobre o manuseio dos resíduos recicláveis residenciais.

As iniciativas em destaque nesta pesquisa são concebidas por pessoas de regiões periféricas que viram, por meio do empreendedorismo, a oportunidade de renda para suas famílias e outros moradores desses territórios das periferias de São Paulo. Essas regiões são precariamente desenvolvidas e excluídas dos grandes centros urbanos e é necessário considerar as possibilidades de enfrentamento presentes nas práticas microbianas, como destaca Certeau (1998).

Os empreendimentos periféricos apresentam um papel fundamental nesse enfrentamento, especialmente diante de momentos de crise como o da pandemia vivenciada em 2020. Além de fontes de renda de seus criadores e colaboradores, contribuem também para o desenvolvimento de suas regiões, dado que possibilitam a

circulação econômica nessas comunidades. Sejam empreendimentos vinculados à alimentação, à educação, à comunicação, economia, moda, entre outros, apresentam uma pluralidade de resistências.

Considerando que países em desenvolvimento enfrentam mais instabilidades e riscos do que países desenvolvidos, com instituições intermediárias e de apoio, como destacam Puffer, McCarthy e Boisot (2010), compreendemos que essas instabilidades são potencializadas com situações de crise de saúde e econômica, como observado no caso da pandemia de Covid-19. Na dificuldade de obter respostas oriundas dos poderes públicos e grandes empresas para as urgências enfrentadas, os empreendimentos periféricos protagonizam uma força fundamental de sobrevivências às comunidades vulneráveis. Não apenas por sua atuação centrada em seus negócios, mas também pela capacidade de rede que detém. Dessa forma, preenchem vazios institucionais que são específicos da economia na qual estão inseridos e de seus contextos sociais (PUFFER; MCCARTHY; BOISOT, 2010). As conexões das comunidades com esses empreendimentos levam ao melhor aproveitamento das oportunidades, que podem gerar recursos e compromissos de longo prazo (KHANNA; PALEPU, 2000).

Nas análises desta pesquisa quanto à atuação dos empreendimentos elencados no Quadro 3, verificou-se que eles têm respondido aos vazios institucionais de suas localidades buscando apoio financeiro para manutenção das atividades, de modo a garantir fonte de renda aos seus membros. Ocorre também a continuidade de oferta de produtos e serviços em suas comunidades, de maneira a garantir aos moradores o acesso mais próximo a esses estabelecimentos, sem necessidade de longos deslocamentos, especialmente em um contexto pandêmico de alto risco.

Para além da espera apenas pelos trabalhos assalariados, que são ainda muito fundamentais, houve uma mudança de percepção sobre o empreendedorismo de base comunitária como um meio para inclusão social, como destacam De Tommasi e Velazco (2013). Um ponto fundamental observado na análise dessas iniciativas, diz respeito à necessidade de pensar formas de conexão desses empreendimentos periféricos de modo que possam se reconhecer em uma rede econômica mais ampla e se fortalecer por meio da mobilização de mecanismos essenciais, independentemente do setor em que atuem. A seção de discussão desta pesquisa visa oferecer um *framework* para a conexão desses mecanismos essenciais ao empreendedorismo da periferia, baseado nas iniciativas analisadas.

## DISCUSSÃO

Considerando a atuação desses empreendimentos periféricos e as respostas de longo prazo esperadas no atendimento aos ODS, no horizonte de 2030, considera-se que para que tais empreendimentos possam alcançar solidez em suas comunidades, há que se desenvolver mecanismos de fortalecimentos desses núcleos, de modo que também possam se preparar para o alcance de respostas a crises futuras.

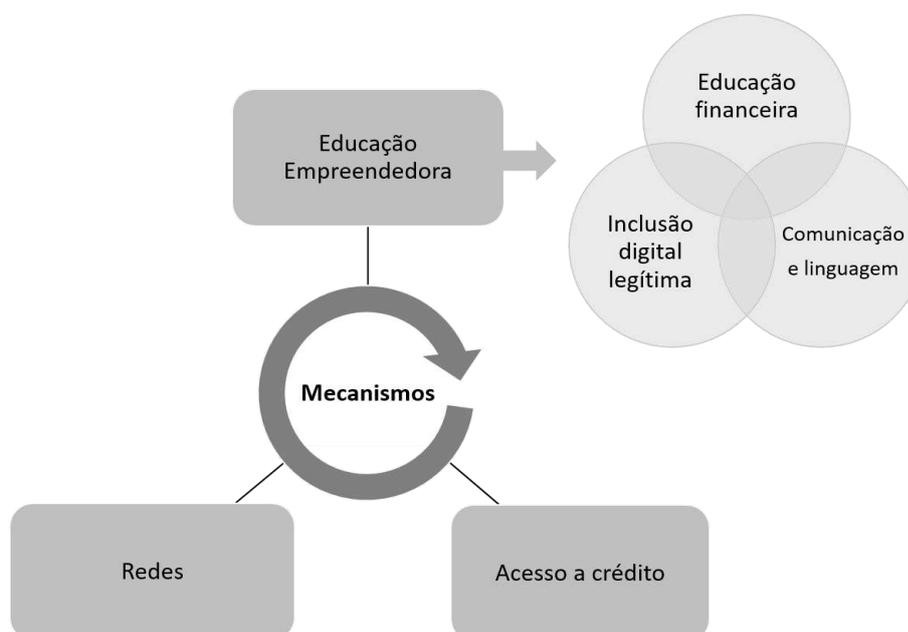
Nesse sentido, a partir da análise realizada e o desafio da pandemia e de crises futuras, propomos um *framework* a partir do qual um ciclo de cinco mecanismos apresentam-se centrais para que tanto o empreendimento, individualmente, possa se fortalecer quanto possa também estabelecer conexões com outros negócios periféricos, de modo a constituir oportunidades e vias de colaboração conjunta. Considera-se que esse fortalecimento pode levar a maior efetividade desses empreendimentos, tomando como horizonte novas ondas pandêmicas, além de crises de outra natureza, como econômicas, decorrentes ou não de pandemias.

Considerando a perspectiva de longo prazo dos ODS (ONU, 2015), pautando-se no ODS 11, autores como Hertel, Bacq e Belz (2019) já ressaltaram o papel fundamental

de membros de uma comunidade para gerar prosperidade econômica, social e ecológica, como também observado nas muitas iniciativas analisadas para esta pesquisa. Simon *et al.* (2016) reconhece o potencial de comunidades locais para tornarem-se agentes de mudança, entretanto, destaca a preocupação em relação a dificuldades de aplicar metas padronizadas para medir a complexidade do desenvolvimento urbano, dados os muitos outros atores envolvidos nesse processo.

Considerando a análise dos empreendimentos periféricos identificados na plataforma Benfeitoria para enfrentamento da Covid-19 e dados do Estudo sobre Empreendedorismo da Periferia de São Paulo (2019-2020), identificamos mecanismos que podem ser aprimorados no sentido de fortalecer tais empreendimentos no atendimento aos vazios institucionais, conforme Figura 1.

Figura 1: Mecanismos essenciais ao empreendedorismo da periferia



Fonte: Dados da pesquisa.

A identificação de mecanismos de fomento ao empreendedorismo da periferia pode estabelecer um ponto de partida para lidar com suas complexidades. Dessa forma, encontramos os três pontos centrais descritos a seguir:

**1. Educação Empreendedora:** os negócios desenvolvidos na periferia ocorrem pela necessidade de renda e sobrevivência, caracterizando o empreendedorismo por necessidade, no qual ter um negócio próprio ocorre devido à falta de melhores alternativas profissionais. Ou seja, não foi uma escolha, mas a ausência de possibilidade de escolher o motor do empreendedorismo. Muitos desses empreendedores acessaram uma educação básica deficiente e empreendem confiando na sua intuição, mantendo-se em um *gap* sobre conhecimentos essenciais de gestão. Não há cursos de formação que atendam as demandas da comunidade, seja por horários laborais, falta de conhecimento ou dificuldade de identificação das demandas dos membros. Boa parte desses empreendedores não têm uma clara compreensão da jornada e do ciclo de maturidade de negócios, planejamentos financeiros e de vendas.

A educação empreendedora para a periferia apresenta três nuances fundamentais. A primeira delas em relação ao conteúdo e, a segunda e a terceira, relativas à forma. Quanto ao conteúdo, tem-se a necessidade nevrálgica de orientação para uma educação financeira que permita aos empreendedores conhecimento mínimos como fluxo de caixa. A educação financeira inexistente ou deficiente, alicerça-se também nos efeitos negativos de uma educação básica de qualidade comprometida, quando acessada. Quanto à forma, comunicação e inclusão digital, podem ser consideradas como formas lúdicas de acesso à educação empreendedora, minimizando certas dificuldades decorrentes dos entraves da educação básica deficiente. Destacam-se aspectos como necessidade de acessibilidade e adaptação da linguagem em informações sobre empreendedorismo no contexto de comunidades e periferias. A necessidade de inclusão digital denota que há uma baixa adoção de tecnologias e desconhecimento sobre como utilizar recursos digitais para aperfeiçoar os modelos de negócios, atrair clientes e realizar vendas.

**2. Formação de redes:** a formação de redes envolve duas perspectivas. A primeira relaciona-se à compreensão dos envolvidos na cadeia de valor, dado que o relacionamento entre os elos impacta na venda direta ao consumidor, mas também fortalece e busca o envolvimento de mais elos que tenham sua origem na periferia. Uma configuração integrada possibilita a formação de Arranjos Produtivos Locais. A segunda perspectiva demanda um ecossistema contextualizado, que dê suporte aos empreendedores, atendendo particularidades das suas trajetórias na periferia. Cruz, Quitério e Scretta (2019) apontam a importância de um ecossistema para impulsionar os negócios de impacto que podem ser compreendidos como empresas sociais, dado que são modelos de negócio que buscam a resolução de problemas sociais e ambientais somada à rentabilidade financeira. Esse ecossistema se constitui a partir do momento que diferentes atores participam dessa agenda de forma coordenada.

Alguns desses atores são os investidores, que representam a oferta de capital, as organizações intermediárias, que atuam na conexão e qualificação de empreendedores e investidores, e o governo. Cada um deles pode assumir diferentes papéis. A questão que trazemos neste ponto é que, em se tratando do empreendedorismo social de periferia, esses diferentes papéis deveriam ser analisados e pensados a partir da perspectiva do empreendedor social, cuja trajetória é carregada de peculiaridades que precisam ser cirurgicamente incorporadas ao desenho de um ecossistema contextualizado.

A necessidade de interação para troca de informações, conhecimento e recursos é muito mais forte do que nos ecossistemas de empreendedorismo social tradicionais. Soma-se a isso uma questão fundamental de identidade que necessita muita atenção: o empreendedor da periferia não se reconhece como tal quando consideradas as concepções padrões convencionais de empreendedorismo. O estabelecimento de redes permite também o trabalho da autoestima dos grupos em comunidades vulneráveis, por meio de processos e vivências lúdicas onde possam expressar seus modelos mentais e compreender outros possíveis.

**3. Acesso a crédito:** os empreendimentos da periferia sofrem de falta de capital para investimentos, mesmo que do próprio bolso do empreendedor, alta dependência de doações e grandes dificuldades em captar recursos. Tais dificuldades se potencializam quando o empreendedor tem pouco conhecimento sobre gestão e um negócio timidamente estruturado. Acesso a crédito, em uma perspectiva mais atávica, remete a questão de escalabilidade como mecanismo de crescimento e disseminação. Riddell e Moore (2015) repensam o conceito de escalar a partir de três estratégias indo além da tradicional que pauta a replicação e disseminação a partir do aumento do número de beneficiários ou

clientes (*scale-out*). As autoras propõem alternativas que envolvem (1) políticas públicas, mudando instituições em nível de políticas, regras e leis (*scale-up*) e (2) raízes culturais, mudando relacionamentos e valores e crenças culturais. Se o acesso à crédito para o empreendedor social de periferia limitar-se ao tradicional *scale-out* como mecanismos de medida de impacto, corre-se o risco desse acesso não acontecer. Um movimento promissor em comunidades vulneráveis é a disponibilidade de acesso a recursos por meio de microcrédito, acesso a empréstimos de pequeno valor, sem requerer do empreendedor o atendimento a regras rígidas do sistema financeiro tradicional. A criação de um fundo comunitário pode possibilitar esse tipo de acesso.

O aprimoramento dessas questões é crucial para que esses empreendimentos possam acessar recursos por meio de aceleradoras. Conforme o relatório promovido pelo Quintessa, Empreende Aí, Adesampa e Pipe.Social, há uma alta demanda por aceleração desses negócios da periferia, entretanto, precisam de uma atenção plena a questões básicas e fundamentais. A incubação e o acesso a recurso de aceleradoras é crucial também para que se fortaleçam e estejam preparados para a potencialização de suas dificuldades em cenários de crises como o vivenciado pela pandemia de coronavírus, que irá reverberar ainda por alguns anos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Resgatando questões de vulnerabilidades sociais estruturais presentes no contexto brasileiro e, considerando a potencialização dessas problemáticas a partir de um contexto pandêmico, é possível trazer luz a necessidades diversas que demandam maior atenção e reestruturação. Tomado como referência as ações realizadas em comunidades da periferia de São Paulo, vê-se um esforço contínuo e intenso da sociedade civil para o preenchimento de lacunas deixadas pelo estado. A literatura de vazios institucionais, embora centrada no papel que as empresas podem exercer no oferecimento de soluções e respostas a essas lacunas, pode também ser mobilizada no olhar sobre como a sociedade civil se organiza para atender às necessidades básicas e fundamentais de um contingente cada vez maior de pessoas em situação de vulnerabilidade.

O empreendedorismo da periferia, considerando esta como um lugar social à margem dos territórios privilegiados, concentra esforços cruciais para o desenvolvimento das pessoas e localidades em situações de exclusões diversas. A construção de mercados inclusivos, sejam esses desenvolvidos dentro das comunidades ou em outros espaços, mas beneficiando habitantes desses lugares, permite a legitimação de novos atores, por meio do destaque à dinâmica local e às suas instituições, conforme observado na literatura de vazios institucionais. Nesse sentido, o contexto pandêmico permite que esses movimentos alicerçados nas periferias sejam mais consistentemente legitimados a partir de seus enfoques locais. Os efeitos desafiadores da pandemia de Covid-19, sem precedentes, indicam que é fundamental o fortalecimento das comunidades vulneráveis para que encontrem, dentro de seus arranjos, as respostas às privações que sofrem pela segregação sócio histórica brasileira, que acentua violências fundadas em discriminações de gênero, raça e classe, que irão reverberar no acesso a uma renda justa e igualitária.

Analisando os empreendimentos da periferia destacados nesta pesquisa, foi possível ressaltar a necessidade de sistematizações e arranjos que permitam o acionamento de mecanismos essenciais de fortalecimento, suporte e integração desses negócios. Com vistas a pesquisas futuras, os mecanismos aqui apresentados como caminhos possíveis para essa demanda, podem ser discutidos com empreendedores da periferia em busca de aprimoramento e aplicação, podendo servir tanto como um avanço nas discussões em torno desse tipo de empreendedorismo e à sua representatividade

diante de vazios institucionais quanto a aplicações pelos próprios empreendedores junto aos seus coletivos.

## REFERÊNCIAS

- BAI, X. et al. Defining and advancing a systems approach for sustainable cities. **Current opinion in environmental sustainability**, v. 23, p. 69-78, 2016.
- BARKI, E.; PANSARELLA, L. A periferia no centro. **GV EXECUTIVO**, v. 17, n. 3, p. 18-21, 2018.
- BIBRI, S. E.; KROGSTIE, J. Smart sustainable cities of the future: An extensive interdisciplinary literature review. **Sustainable cities and society**, v.31, p.183-212, 2017.
- BRUNDTLAND, G. H.; KHALID, M.; AGNELLI, S. et al. **Our common future**; by world commission on environment and development. [S.l: s.n.], 1987.
- CHARMAZ, K. Qualitative interviewing and grounded theory analysis. In: GUBRIUM, J.; HOLSTEIN, J. (Eds.) **Handbook of interview research: Context and method**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001. p. 675–694.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes: 1998.
- CRUZ, C.; QUITÉRIO, D.; SECRETAS, B. O ecossistema de fomento aos investimentos e negócios de impacto: rompendo fronteiras. In: BARKI, E.; COMINI, G. M.; TORRES, H. G. (Org.) **Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 25-56.
- DA SILVA, A. C. S. et al. Dificuldades enfrentadas pelos empreendedores de lojas tradicionais em um bairro periférico de SUMARÉ/SP. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 210, 2015.
- DE TOMMASI, L.; VELAZCO, D. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 56, p. 15-42, 2013.
- ESTUDO SOBRE EMPREENDEDORISMO DA PERIFERIA DE SÃO PAULO, 2019. **Relatório**. Disponível em: <https://conteudos.quintessa.org.br/estudo-periferia> Acesso em: 02 Jul. 2020.
- GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldene de Gruyter, 1967.
- HERTEL, C. J.; BACQ, S.; BELZ, F. M. It Takes a Village to Sustain a Village: A Social Identity Perspective on Successful Community-Based Enterprise Creation. **Academy of Management Discoveries**, 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População de São Paulo**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama> Acesso em: 29. Jun. 2020.
- KHANNA, T.; PALEPU, K. The future of business groups in emerging markets: Long-run evidence from Chile. **Academy of Management journal**, v.43, p.3, p.268-285, 2000.
- MAIR, J.; MARTI, I. Entrepreneurship in and around institutional voids: A case study from Bangladesh. **Journal of business venturing**, v.24, n.5, p.419-435, 2009.
- MAIR, J.; MARTI, I.; VENTRESCA, M. J. Building inclusive markets in rural Bangladesh: How intermediaries work institutional voids. **Academy of Management Journal**, v. 55, n.4, p. 819-850, 2012.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Qualitymark Editora Ltda, 2002.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **17 Objetivos para transformar nosso mundo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em: 02 Jul. 2020.

PATTON, M. Q. Two Decades of Developments in Qualitative Inquiry: A Personal, Experiential Perspective. **Qualitative Social Work: Research and Practice**, v.1, n.3, p. 261–283, 2002.

PETRINI, M.; POZZEBON, M. Usando Grounded Theory na construção de modelos teóricos. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 10, n. 1, p. 1-18, 2009.

PUFFER, S. M.; McCARTHY, D. J.; BOISOT, M. Entrepreneurship in Russia and China: The impact of formal institutional voids. **Entrepreneurship theory and practice**, v.34, n.3, p.441-467, 2010.

RIDDELL, D.; MOORE, M. **Scaling out, scaling up, scaling deep**: advancing systemic social innovation and the learning processes to support it. Prepared for the J. W. McConnell Family Foundation and Tamarack Institute, Montreal, 2015.

ROCHA, A.; SILVA, J. F. Inclusão social e marketing na base da pirâmide: uma agenda de pesquisa. **RAE eletrônica**, v. 7, n. 2, jul./dez., 2008.

SALVIA, A. L. *et al.* Assessing research trends related to Sustainable Development Goals: Local and global issues. **Journal of cleaner production**, v.208, p. 841-849, 2019.

SATTERTHWAITE, D. Sustainable cities or cities that contribute to sustainable development? **Urban studies**, v.34, p.10, p.1667-1691, 1997.

SIMON, D., *et al.* Developing and testing the Urban Sustainable Development Goal's targets and indicators—a five-city study. **Environment and Urbanization**, v.28 n.1, p.49-63, 2016.

STEVANCE, A. S. **Review of Targets for the Sustainable Development Goals: The Science Perspective**. Paris (France): ICSU, ISSC, 2015.

STRAUSS A.; CORBIN, J. **Basics of Qualitative Research: grounded theory procedures and techniques**. London: Sage Publications, 1990.